



Semestre	Período	Disciplina	Carga horária		
			Teórica	Prática	Total
2014.2	I SEM.	LEGISLAÇÃO E DIREITO AMBIENTAL	60h	0h	60h
Professor		Nome: <b>Fernando de Azevedo Alves Brito</b> Email: <a href="mailto:azevedo_brito@yahoo.com.br">azevedo_brito@yahoo.com.br</a> Site: <a href="http://www.professorfernandobrito.com.br">www.professorfernandobrito.com.br</a>			

### Objetivos

#### OBJETIVO GERAL:

- Apresentar noções fundamentais do conhecimento jurídico, introduzindo o estudante criticamente no discurso técnico do direito, oferecendo-lhe conceitos jurídicos, de caráter teórico para a sua atuação enquanto cidadão e profissional. Desenvolver reflexões e promover uma análise crítica e holística a respeito desse novo ramo do Direito, bem como estimular o aluno a melhor compreender e interpretar os fenômenos jurídicos e sociais relativos à questão ambiental, desde a sua gênese, princípios informativos, ocorrências macro-ecológicas e análise dos instrumentos legais e medidas processuais de tutela ambiental, apresentando o posicionamento doutrinário e jurisprudencial acerca das questões ambientais.

#### OBJETIVO ESPECÍFICO:

- Instrumentalizar o estudante de engenharia ambiental com arcabouço básico de noções em Direito Ambiental.
- Debater os principais institutos do Direito Ambiental.
- Apresentar noções jurídicas sobre proteção e tutela ambiental.
- Estudar noções gerais sobre a legislação ambiental.

### Habilidades e Competências

A disciplina Legislação e Direito Ambiental deverá desenvolver as seguintes competências e habilidades, entre outras, no futuro profissional de Engenharia Ambiental:

- a) Compreensão ampla e consistente dos conhecimentos jurídicos;
- b) Capacidade de articular atividades teóricas e práticas na utilização das informações jurídicas;
- c) Capacidade de utilização do Direito na vida profissional cidadã;
- d) Compromisso com uma ética de atuação profissional em relação à organização democrática da vida em sociedade;
- e) Conhecer a legislação, a doutrina, a jurisprudência, a terminologia jurídica e as técnicas processuais relacionadas a questões ambientais;
- f) Assessorar a mediação e conciliação de conflitos nas esferas extrajudiciais e judiciais; orientar, assessorar e representar pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privadas em questões ambientais;
- g) Subsidiar a promoção da defesa dos interesses difusos, individuais, coletivos e homogêneos.



### Metodologia

Esta proposta de trabalho se desenvolverá por meio de aulas expositivas e interativas, exposição dialogada, discussão dos conceitos e dos problemas referentes aos assuntos abordados, debates, trabalhos individuais e em grupo, leitura de obras e fichamento, elaboração de artigo. Para tanto, será necessário o uso dos seguintes recursos:

- Projetores;
- Quadro branco;
- Textos xerografados;
- Vídeos;
- Televisor;
- Recursos audiovisuais;

### Ementa

Evolução do Direito Ambiental. História da legislação ambiental. Princípios Constitucionais do Meio Ambiente. Princípios do Direito Ambiental. A Tutela Judicial do Meio Ambiente. Legislação Ambiental Federal: Lei da Política Nacional de Meio Ambiente e Sistema Nacional do Meio Ambiente, Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos; Código Florestal; Lei das Unidades de Conservação; Lei de agrotóxicos; Lei de Saneamento básico e Lei de Crimes Ambientais. Resoluções do CONAMA. Legislação Ambiental Estadual e municipal. Responsabilidade jurídica em matéria ambiental (civil, administrativa e penal). Noções de licenciamento ambiental: Trâmite e práticas legais em nível federal, estadual e municipal. Estudos de caso.

### Conteúdo Programático

#### I UNIDADE

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO E DIREITO AMBIENTAL - Conceito introdutório do Direito, Homem X Meio Ambiente Conteúdo - Homem primitivo, Revolução Industrial, Pós Guerra, Declaração de Estocolmo, Eco-92; Conceito de Meio Ambiente;
2. PRINCÍPIOS DO DIREITO CONSTITUCIONAL AMBIENTAL - Princípio do Direito Fundamental da Pessoa Humana; da Participação; da Ubiquidade; da Prevenção; da Precaução; do Poluidor Pagador; do Usuário Pagador; do Desenvolvimento Sustentável;

#### II UNIDADE

1. SISNAMA; Política Nacional de Meio Ambiente e Sistema Nacional do Meio Ambiente.
2. LICENCIAMENTO AMBIENTAL: Licenciamento Ambiental; Conceito; Licença Ambiental; Atividades; Etapas; Prazo; Renovação; Competência; Publicação; Cancelamento; Conteúdo - EIA X RIMA.

#### III UNIDADE

1. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL: Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos; Código Florestal; Lei das Unidades de Conservação; Lei de agrotóxicos; Lei de Saneamento básico e Lei de Crimes Ambientais;
2. TUTELA DO MEIO AMBIENTE: Tutela Processual; Da ação do processo penal; Tutela Processual Civil; Ação Civil Pública; Ação Coletiva; Mandado de Segurança;



### Sistema de Avaliação

A avaliação dos discentes será realizada mediante três unidades de avaliação, podendo consistir em trabalhos, seminários, vídeos, provas - escritas, contendo questões dissertativas, problematizadas e/ou objetivas. Os instrumentos de avaliação consistirão na observação qualitativa e quantitativa do rendimento, em termos de desenvolvimento intelectual – aquisição cognitiva, do discente.

As avaliações terão duração do respectivo período de aula; com ou sem consulta, a critério do professor: O critério de avaliação, no caso de perguntas subjetivas, será segundo fundamentação, desenvolvimento e objetividade na resposta.

A matéria das provas consistirá naquela constante no programa acima.

No caso de trabalhos, deverão ser observadas as normas adotadas para apresentação de relatórios e artigos em eventos científicos - normas da ABNT.

Os trabalhos devem ser entregues em folha A4 e enviado em formato digital para o email [azevedo\\_brito@yahoo.com.br](mailto:azevedo_brito@yahoo.com.br)

Em virtude de eventuais necessidades, o sistema de avaliação poderá ser modificado.

- 1ª Avaliação: Trabalho em Grupo/Seminário com entrega de trabalho escrito. (Valor 10,0);
  - 2ª Avaliação: Avaliação escrita subjetiva (Valor 10,0);
  - 3ª Avaliação: Avaliação escrita objetiva (Valor 10,0);
- As notas de Participação, assiduidade e envolvimento com os conteúdos serão somadas às notas das avaliações acima.

~~Avaliação~~  
~~Avaliação~~  
~~Avaliação~~

~~Nota Final~~  
~~3~~  
~~SEÇÃO DE~~  
~~SEÇÃO DE~~  
~~Avaliação~~  
~~SEÇÃO DE~~  
~~SEÇÃO DE~~

**ART.77. (NAES, 2007). Será vedada a realização do exame final:**

- (I) Ao aluno que obtiver na média aritmética das avaliações parciais, valor inferior a 2,5(dois inteiros e cinco décimo) por já estar reprovado na disciplina**
- (II) Ao aluno que deixar de cumprir a frequência mínima de 75%( setenta e cinco por cento) às aulas e às demais atividades escolares em cada disciplina**

### Bibliografia Básica

ANTUNES, Paulo Bessa. Direito Ambiental. 2ed. Amplamente Reformulado. 14ª ed., Rio de Janeiro: Atlas, 2012.



INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
BAHIA  
Campus de Vitória da Conquista

DEPEN – DEPARTAMENTO DE ENSINO  
COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA AMBIENTAL



DEON SETTE, MARLI T. Direito ambiental. Coordenadores: Marcelo Magalhães Peixoto e Sérgio Augusto Zampol Pavani. Coleção Didática jurídica, São Paulo: MP Ed., 2010, 575 p.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 13ª ed., rev., atual. E compl. – São Paulo : Saraiva, 2012.

FREITAS, Acimarney Correia Silva. Apostila de Legislação e Direito Ambiental - Compilações. 2012

MACHADO, Paulo Afonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 11ª. Ed., São Paulo: Malheiros. 2010.

MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Atlas, 5ª edição, 2005.

SAMPAIO, Rômulo Silveira da Rocha. Direito Ambiental : doutrina e casos práticos – Rio de Janeiro : Elsevier : FGV, 2011.

SOUZA, Luiz Antônio de. Direitos Difusos e Coletivos, 12 / Coleção OAB Nacional Primeira Fase – 3ª Ed., - São Paulo : Saraiva, 2011.

### Bibliografia Complementar

SANDRA CUREAU & MARCIA DIEGUEZ LEUZINGER. Direito Ambiental. Editora: Campus, 2008, 190p.

SILVA, José Afonso da. Direito Ambiental Constitucional. 8ª ed., São Paulo: Malheiros, 2010

NASCIMENTO, Amauri Mascaro; PINHO, Ruy Rebello. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Atlas, 24ª edição, 2004.

---

Fernando de Azevedo Alves Brito  
Professor

---

Coordenador